



# Blindando dados pessoais.

Uma das maneiras de empoderar as pessoas é ampliando o espaço para sua incidência pública, e outra muito importante é cuidando para que essa cidadania ativa e influente esteja protegida frente aos fatores de poder que podem ameaçá-la ou prejudicá-la. Nesse sentido, cabe destacar o trabalho da Fundação Vía Libre em conjunto com a Comissão Assessora de Cibersegurança da Argentina, que cocriaram o Protocolo de Requisitos Mínimos de Segurança da Informação, que deve ser obrigatoriamente cumprido por toda a administração pública nacional. Em 2022, 70% das instituições públicas em nível nacional contam com mecanismos de proteção de dados pessoais, além de pessoas designadas para garantir sua aplicação. Esse tipo de política permitiu que instituições que têm dados pessoais dos cidadãos em seu poder melhorassem suas ferramentas e protocolos internos de proteção, garantindo assim a proteção de direitos, como o direito à privacidade. Essas medidas adotadas pelo governo argentino alcançaram indiretamente 46 milhões de pessoas.

A Fundación Avina, por meio da Iniciativa pelos Direitos Digitais na América Latina (**Indela**), que financia, capacita e apoia organizações e seus ecossistemas que promovem os direitos digitais na América Latina, contribuiu com recursos financeiros e acompanhamento para o desenvolvimento do projeto coordenado pela Fundação Vía Libre. Além disso, a Indela acompanha a organização nos processos de fortalecimento institucional vinculados a estratégias de medição de impacto, comunicação estratégica e consultorias de apoio e fortalecimento institucional, além de reforçar sua rede de contatos permitindo a eles o acesso à informação e colaborações estratégicas.

**Essas medidas implementadas no governo federal alcançam indiretamente os 46 milhões de argentinos.**

